

**TERMO DE FOMENTO Nº 62/2025****QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS E A FRATERNIDADE FEMININA CRUZEIRO DO SUL RENOVAÇÃO E SABEDORIA**

O MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS, inscrito no CNPJ sob nº 18.602.011/0001-07, com sede a Rua Doutor José Olympio de Mello, 151, Bairro Eldorado nesta cidade de Patos de Minas-MG, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Luís Eduardo Falcão Ferreira, brasileiro, portador do CPF nº ***.351.***-**, Carteira de Identidade nº MG-**.269.*** SSP – MG, residente e domiciliado nesta cidade e a **FRATERNIDADE FEMININA CRUZEIRO DO SUL RENOVAÇÃO E SABEDORIA**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.263.792/0001-80, com sede na Avenida presidente Tancredo Neves, 1.040, Sala: 03, Bairro: Ipanema, Patos de Minas/MG, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, representada pela presidente Daniele Cristine Nunes, nacionalidade brasileira, portadora do C.P.F nº ***.423.***-**, Carteira de Identidade nº MG-**.356.*** SSP MG, residente e domiciliada na Rua Saul Valadares Ribeiro, 97, Bairro: Copacabana, em Patos de Minas, resolvem celebrar o presente **Termo de Fomento**, regendo-se nas Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 8.718 de 26/07/2024 e suas alterações, Lei Orçamentária Anual nº 8.775 de 19/12/2024, Lei Municipal de Repasses Financeiros de Subvenções, Contribuições e Auxílios nº 8.776 de 19/12/2024, Decreto Municipal nº 5.889 de 21/01/2025 que reestrutura as regras e os procedimentos para celebração de parcerias entre a Administração Direta e Indireta do Município de Patos de Minas e as Organizações da Sociedade Civil, para a consecução de finalidades de interesse público e dá outras providências, na Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2.014 que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; consoante ao processo digital nº **5422-25-PAT-GOV** e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente termo de fomento, decorrente de inexigibilidade de Chamamento Público, tem por objeto o repasse de recursos financeiros (contribuições) visando cobrir despesas com o Projeto Campanha Sempre Sequinho, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;

II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

Setor de Convênios e Parcerias – Telef. (34) 3822-9645
Email: centralconvenios@patosdeminas.mg.gov.br
Rua Doutor José Olympio de Mello, 151, Bairro: Eldorado



I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

- a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;
- b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
- c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
- d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de fomento;
- e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
- f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
- g) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
- h) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
- i) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
- j) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) manter escrituração contábil regular;
- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de fomento;
- c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
- d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;



e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

h) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**.

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente termo de fomento, recursos no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) correndo a despesa à conta da dotação orçamentária 01.08.01.00.08.244.0006.2.0055, UG 01.08.01.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, Gestão: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, conforme discriminação abaixo:

Função: 08, Subfunção: 244, Programa: 0006, Despesa: 3.3.50.41.0000 – Contribuições Fonte: 01.0500.0000.0117 Emendas Parlamentares Municipais (1.049)

O valor deverá repassado em parcela única

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 – O MUNICÍPIO transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica na **Conta Corrente nº 80756-7, Agência nº 0190-2 – Banco do Brasil**, sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 - Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pela administração pública.

I- Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.



4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de fomento;

III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.5 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 – Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica, sujeita a identificação do beneficiário final e a obrigatoriedade do depósito em sua conta bancária.

I - Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

5.3 – Todas as despesas (notas fiscais, faturas) deverão ser emitidas no nome da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, no período compreendido entre a data do recebimento dos recursos financeiros pela entidade e o prazo estipulado na Cláusula Sexta, discriminando as despesas conforme estabelecido na cláusula primeira, sem rasuras e constando comprovante de pagamento.

5.4 Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante OSC

I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;



V - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e

VI - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Fomento vigorará a partir da sua assinatura até **31/03/2026**, conforme prazo previsto no anexo Plano de trabalho para a consecução de seu objeto. **Fica estabelecido que, a partir da assinatura deste Termo de Fomento, o prazo de execução informado no Plano de Trabalho é anulado e substituído pelo prazo de vigência aqui informado.**

6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta OSC devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.

6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de fomento, independentemente de proposta da OSC, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 – Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de fomento;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.



7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

7.3 A servidora Andréia Aparecida Soares, matrícula 19734 e Karine Bento Ferreira Nogueira, matrícula: 22818, foi oficialmente designada como gestoras da parceria, conforme estabelecido na Portaria 4.730 de 15 de junho de 2023.

7.4 A Comissão de Monitoramento e Avaliação da parceria foi nomeada por meio da Portaria 4.889 de 25 de setembro de 2024.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;

II - notas fiscais e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil;

III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§ 1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2.º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 30 (trinta) dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:



I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 – O MUNICÍPIO considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de fomento.

8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.



8.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do **caput** sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES



9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Advocacia Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.



11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente termo de fomento poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

III - poderá ser rescindido amigavelmente por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

13.1 As partes declaram e concordam que toda e qualquer atividade de tratamento de dados deve atender às finalidades e limites previstos neste instrumento e estar em conformidade com a legislação aplicável, principalmente, mas não se limitando à Lei 13.709/18 (“Lei Geral de Proteção de Dados” ou “LGPD”).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

14.1 - A eficácia do presente termo de fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo



extrato no Diário Oficial, a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

15.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este termo de fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de fomento, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Patos de Minas - MG, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

16.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS

Luís Eduardo Falcão Ferreira
Prefeito Municipal

FRATERNIDADE FEMININA CRUZEIRO DO SUL RENOVAÇÃO E SABEDORIA

Daniele Cristine Nunes
Presidente

62-2025 FRATERNIDADE FEMININA CRUZEIRO DO SUL RENOVAÇÃO E SABEDORIA - 1049 pdf

Código do documento c1941aea-fd91-4b0e-bbdf-8c6d1af3d920



Assinaturas



LUÍS EDUARDO FALCÃO FERREIRA
documentos.gabinete@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou como parte

LUÍS EDUARDO FALCÃO FERREIRA



Daniele Cristine Nunes
danielecnunes@yahoo.com.br
Assinou como parte



Thayse Aular
controladoria@patosdeminas.mg.gov.br
Aprovou



Fabiana de Sant Anna Miranda Eguchi
fabianaeguchi@patosdeminas.mg.gov.br
Aprovou



Alanna Marta Oliveira Reis
alanna@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou como testemunha



Pollyana Geralda Silva Sousa
pollyana@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou como testemunha

Pollyana Geralda Silva Sousa

Eventos do documento

21 Jul 2025, 17:03:04

Documento c1941aea-fd91-4b0e-bbdf-8c6d1af3d920 **criado** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email:compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2025-07-21T17:03:04-03:00

22 Jul 2025, 12:30:17

Assinaturas **iniciadas** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email:compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2025-07-22T12:30:17-03:00

22 Jul 2025, 13:00:35

POLLYANA GERALDA SILVA SOUSA **Assinou como testemunha** (0395c3c9-d5ce-4ed7-b415-dd7e44867b56) - Email: pollyana@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.66.22 (138-0-66-22-static.onnettelecom.com.br porta: 53498) - Documento de identificação informado: 077.314.726-80 - DATE_ATOM: 2025-07-22T13:00:35-03:00

22 Jul 2025, 15:22:52

FABIANA DE SANT ANNA MIRANDA EGUCHI **Aprovou** (26ba4f65-7f78-4c97-8ac3-fac1efa13dd2) - Email: fabianaeguchi@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.66.22 (138-0-66-22-static.onnettelecom.com.br porta: 53182) - **Geolocalização:** -18.5958483 -46.497021 - Documento de identificação informado: 045.083.766-14 - DATE_ATOM: 2025-07-22T15:22:52-03:00

22 Jul 2025, 16:04:04

LUÍS EDUARDO FALCÃO FERREIRA **Assinou como parte** (6ed65cfe-cd52-4bc0-a294-4b4038d8a7e9) - Email: documentos.gabinete@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.66.22 (138-0-66-22-static.onnettelecom.com.br porta: 29844) - **Geolocalização:** -18.5966695 -46.5162714 - Documento de identificação informado: 056.351.466-35 - DATE_ATOM: 2025-07-22T16:04:04-03:00

22 Jul 2025, 16:38:47

DANIELE CRISTINE NUNES **Assinou como parte** - Email: danielcununes@yahoo.com.br - IP: 104.28.63.112 (104.28.63.112 porta: 8116) - Documento de identificação informado: 076.423.866-30 - DATE_ATOM: 2025-07-22T16:38:47-03:00

23 Jul 2025, 10:32:02

ALANNA MARTA OLIVEIRA REIS **Assinou como testemunha** (91561e2b-a6a1-4868-9b9d-f81250075f7a) - Email: alanna@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.66.22 (138-0-66-22-static.onnettelecom.com.br porta: 15794) - **Geolocalização:** -18.6034473 -46.515068 - Documento de identificação informado: 059.408.386-93 - DATE_ATOM: 2025-07-23T10:32:02-03:00

23 Jul 2025, 17:23:54

THAYSE AULAR **Aprovou** - Email: controladoria@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.66.22 (138-0-66-22-static.onnettelecom.com.br porta: 40740) - **Geolocalização:** -18.6031058 -46.5126614 - Documento de identificação informado: 038.282.666-30 - DATE_ATOM: 2025-07-23T17:23:54-03:00

Hash do documento original

(SHA256):4c23940410fc1f9ff49d15dad90c86637b39ee959471b51070499fa715b9bf72

(SHA512):052305224d48f0ebe3ec31d7f5286d4cd6e3f630bbe2a40679c0849ecb5fe2ad0f6da28b8fdda2ec5c2c755397dd10766059d6a0ee2c73e86820b7e582df1198

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign****Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL**Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.



FRATERNIDADE FEMININA CRUZEIRO DO SUL **RENOVAÇÃO E SABEDORIA**

AV. PRESIDENTE TANCREDO NEVES, 1040, IPANEMA - PATOS DE MINAS - MG
CEP: 38706-509/ CNPJ 26.263.792/0001-80

PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS – ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC

Razão Social FRATERNIDADE FEMININA CRUZEIRO DO SUL RENOVAÇÃO E SABEDORIA		CNPJ 26.263.792/0001-80	
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) AVENIDA PRESIDENTE TANCREDO NEVES, 1.040			
Bairro IPANEMA	Cidade PATOS DE MINAS	CEP 38706-509	
E-mail da Instituição fraternidadefemrs@gmail.com	Site da instituição https://www.facebook.com/fraternidaderspatos2019		
Telefone 1 (34) 98841-3066	Telefone 2 ()	Telefone 3 ()	
Número da conta corrente: 80756-7	Agência: 0190-2	Banco: Banco do Brasil	Operação:

2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL PELA OSC

Nome Ellen Queiroga de Paula		CPF:	
Nº RG	Órgão Expedidor	Cargo/Função	
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.)			
Bairro	Cidade	Período de Mandato	
Telefone 1	Telefone 2 ()	Telefone 3 ()	

3. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE

Identificação do Projeto/Atividade Formalização de parceria, com transferência de recursos, entre a Prefeitura Municipal de Patos de Minas e a Fraternidade Feminina Cruzeiro do Sul Renovação e Sabedoria, visando atender assistidos de baixa renda pelo projeto Sempre Sequinho com entrega mensal de fraldas descartáveis.	
Período de Execução 08 (oito) meses após assinatura	Nº de Beneficiários que serão atendidos 08 assistidos (em média)
Abrangência Patos de Minas	Valor recurso do Município(R\$) R\$ 10.000,00 Valor Contrapartida da OSC(R\$) R\$ 0,02 Valor total(R\$) R\$ 10.000,02
Justificativa Adquirir fraldas para serem doadas aos assistidos de baixa renda cadastrados em nosso banco de fraldas. Os assistidos cadastrados necessitam da doação para terem mais qualidade de vida, visto que são acamados e utilizam a fralda diariamente e de forma permanente.	

Mod. For. 001



FRATERNIDADE FEMININA CRUZEIRO DO SUL **RENOVAÇÃO E SABEDORIA**

AV. PRESIDENTE TANCREDO NEVES, 1040, IPANEMA - PATOS DE MINAS - MG
CEP: 38706-509/ CNPJ 26.263.792/0001-80

Descrição do Projeto/Atividade

A Fraternidade Feminina Cruzeiro do Sul Renovação e Sabedoria está em pleno funcionamento desde 15/12/2015 é uma entidade de caráter filantrópico de fins não econômicos que tem duração por tempo indeterminado vinculado a Loja Maçonica Renovação e Sabedoria nº 3489 com sede nas instalações da Loja Paz e Harmonia em Patos de Minas- MG. Tem por finalidade desenvolver de forma direta ou em atuação complementar atividades sociais culturais, cívicas e filantrópicas, entre outras, e procura sempre ajudar o mais necessitado. Executamos filantropia a creches em datas comemorativas, em lares com dependentes internos, e o projeto contínuo "Campanha Sempre Sequinho." O projeto Campanha Sempre Sequinho, foi criado no ano de 2018 pelas fraternas da Fraternidade Feminina Cruzeiro do Sul Renovação e Sabedoria hoje atualmente atendemos a 08 pessoas com a doação de um pacote mensal, por assistido que necessita de ajuda essas pessoas são geralmente de renda baixa e que possuem patologia que necessite do uso das fraldas. Esse projeto é subsidiado pelas doações mensais das fraternas e sempre desenvolvemos trabalhos voluntários visando apoio e ajuda ao próximo. O projeto Campanha Sempre Sequinho é o nosso principal projeto assistencial filantrópico, o objetivo dele é levarmos melhor qualidade e bem estar para as pessoas que necessitam do uso de Fraldas, contribuindo assim para dar mais conforto e dignidade para o assistido. Para melhor atender precisamos de adquirir fraldas hoje atendemos com um pacote mensal gostaria de melhorar a ajuda ao público cadastrado em nosso banco de dados no qual consiste de pessoais de necessidades especiais e com alguma patologia que necessita do uso das fraldas. A entrega das fraldas são mensais e o familiar responsável pelo assistido recebe a fralda e assina um protocolo na data da entrega.

4. CAPACIDADE TÉCNICA / QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

A Fraternidade Feminina Cruzeiro do Sul Renovação e Sabedoria está apta conforme Termo de Fomento nº 55/ 2019 firmado entre o Município de Patos de Minas e a Fraternidade.

5. SÍNTESE DA PROPOSTA

5.1. Identificação do Objeto (Geral e Específico)

O Projeto Campanha Sempre Sequinho, já está em andamento subsidiado pelas doações mensais das fraternas, mas ainda precisamos melhorar a quantidade, pois sabemos que um pacote mensal para quem faz uso contínuo, dura em média uns 10 dias no caso o uso geriátrico, seria o ideal de pelo menos 2 a 3 pacotes por necessitado. O projeto tem como objetivo promover qualidade de vida e assim um conforto para os assistidos que se encontram acamados e sem condições para compra das fraldas que são utilizadas diariamente. As fraldas adquiridas pela subvenção serão de extrema importância para alavancarmos nosso projeto no quesito de qualidade e conforto pra os assistidos.

5.2. Resultados esperados

Por isso, as fraldas adquiridas pela subvenção serão de extrema importância para alavancarmos nosso projeto no quesito de qualidade e conforto pra os assistidos. Com a entrega das fraldas mensalmente esperamos contribuir não só qualidade de vida para o assistido como também para família que acompanha seu familiar em situação de fragilidade.

5.3. Metas

Mod. For. 001



FRATERNIDADE FEMININA CRUZEIRO DO SUL **RENOVAÇÃO E SABEDORIA**

AV. PRESIDENTE TANCREDO NEVES, 1040, IPANEMA - PATOS DE MINAS - MG
CEP: 38706-509/ CNPJ 26.263.792/0001-80

Com o dinheiro recebido da subvenção compraremos 182 pacotes de fraldas com qualidade adequada, para atender nossos assistidos cadastrados.

5.4. Público beneficiário

O público beneficiário será as pessoas que necessitam do uso contínuo de fraldas em situações que existe alguma patologia clínica ou físico sendo infantil, adulto ou idoso. Hoje já temos em nosso cadastro várias pessoas que necessitam do uso contínuo, porém conseguimos atender somente 08 pessoas com o dinheiro que será liberado.

5.5. Forma de execução das atividades

- Cadastro dos assistidos: realizado através de indicações de membros da fraternidade e maçons de nossa loja que recebem de entidades filantrópicas e de mídias;
- Membro da equipe do Projeto Sempre Sequinho, indicado pela presidente realiza visita no local (casa) para verificar a necessidade da pessoa indicada e sua condição financeira;
- A entrega ocorre na 1º quinzena de cada mês, sendo realizado pela fraterna que realizou a visita ou indicada pela presidente;
- Será entregue a cada assistido três pacotes mensais, totalizando média de 24 pacotes mensais durante 08 meses, ao final do projeto. A cada entrega o familiar que acompanha o assistido assina o protocolo de entrega;
- Os pacotes de fraldas variam em tamanhos de M, G e EG, pois o público alvo possui várias faixas de idade.

5.6. Indicadores, formas de aferição dos cumprimentos das metas

Apresentação de toda a documentação solicitada exemplos Plano de trabalho, cotação de fraldas para a aquisição, notas fiscais. As doações serão feitas mediante ficha de cadastro preenchida outra aferição será por visita in loco, se houver a necessidade para averiguar a compra, pode ser verificado também pela nota fiscal, de aquisição das fraldas e proposta de licitação de aquisição das fraldas e posteriormente fotos para ilustrar as entregas das respectivas a cada cadastrado e prestação de contas.

5.7. Equipe de profissionais que atuarão na execução da proposta

Nome	Formação	Função	Carga horária semanal

6. PLANO DE APLICAÇÃO E CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)
Pessoal e Encargos Sociais	
Material de Consumo	R\$ 10.000,02
Prestação de Serviço Pessoa Física ou Jurídica	
Aluguel/Locação	
Materiais Permanentes e Obras	
TOTAL	R\$ 10.000,02

6.1 Detalhamento das despesas

Mod. For. 001



FRATERNIDADE FEMININA CRUZEIRO DO SUL **RENOVAÇÃO E SABEDORIA**

AV. PRESIDENTE TANCREDO NEVES, 1040, IPANEMA - PATOS DE MINAS - MG
CEP: 38706-509/ CNPJ 26.263.792/0001-80

6.1.1 Pessoal e Encargos Sociais					
Item	Especificação/Nome	Cargo	Qtde/mês	Valor mensal	Valor Total da despesa
	Subtotal				

6.1.2 Material de Consumo						
Item	Especificação	Qtde/mês	Qtde /produto	Valor Unitário	Valor mensal	Valor Total da despesa
01	Fraldas M 4x30 fraldas	08 meses	24	R\$ 54,65	R\$ 163,95	R\$ 1.311,60
02	Fralda G 4x30 fraldas	08 meses	89	R\$ 54,99	R\$ 611,76	R\$ 4894,11
03	Fralda EG 4x26 fraldas	08 meses	69	R\$ 54,99	R\$ 474,28	R\$ 3794,31
	Subtotal					R\$ 10.000,02

Obs.: Deverá ser bem especificado (Se é em caixas e quantas unidades...)

6.1.3 Prestação de Serviço Pessoa Física ou Jurídica						
Item	Especificação	Qtde/mês	Qtde /profissional	Valor Unitário	Valor mensal	Valor Total da despesa
01						
02						
03						
	Subtotal					

6.1.4 Aluguel/Locação					
Item	Especificação	Qtde/mês ou evento	Valor Unitário	Valor mensal	Valor Total da despesa
	Subtotal				

6.1.5 Equipamentos/materiais permanentes e obras						
Item	Especificação	Qtde/mês	Qtde /material	Valor Unitário	Valor mensal	Valor Total da despesa
01						
02						
03						
	Subtotal					

Obs.: Deverá ser especificado se é em metros..., caixa com quantas unidades...

TOTAL GERAL	10.000,02
--------------------	------------------

7. PREVISÃO DE DESEMBOLSO DO MUNICÍPIO (R\$)

REPASSES					

Obs.: O Setor de Convênios que preenche esse campo!

Mod. For. 001



FRATERNIDADE FEMININA CRUZEIRO DO SUL **RENOVAÇÃO E SABEDORIA**

AV. PRESIDENTE TANCREDO NEVES, 1040, IPANEMA - PATOS DE MINAS - MG
CEP: 38706-509/ CNPJ 26.263.792/0001-80

8. PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL/TOTAL

A Prestação de Contas Parcial deverá ser apresentada na periodicidade definida pelo Plano de Trabalho da parceria, de forma condizente com o seu objeto e com o cronograma de desembolso de recursos, quando houver.

A Prestação de Contas Parcial deverá ser apresentada de acordo com as parcelas liberadas e a Prestação de Contas.

9. DECLARAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Na qualidade de representante legal da **Organização da Sociedade Civil - OSC**, declaro, para fins de prova junto ao **Município de Patos de Minas - MG**, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistem qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com órgão ou entidade da Administração Pública, Federal, Estadual e Municipal, que impeça a realização deste termo ou qualquer instrumento legal com o Município de Patos de Minas - MG, na forma deste plano de trabalho.

Pede e espera deferimento.

Em 12 de fevereiro de 2025.

Ellen Queiroga de Paula
Assinatura do Representante Legal (Presidente)

gov.br

Documento assinado digitalmente
MIRIAM DE SOUSA MAGALHÃES MENDES
Data: 14/02/2025 10:42:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do Tesoureiro da OSC

10. APROVAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

DECLARAMOS que foi analisado o conteúdo do PLANO DE TRABALHO, APROVAMOS e autorizamos a execução dos procedimentos operacionais detalhados no mesmo.

Patos de Minas (MG), de de .

Assinatura Administrador Público - Secretário Ordenador da Despesa

plano_trabalho_2025.1742777797272.pdf
Código do documento fb771d15-4ea4-46b2-92ab-6ec18cfd3e2c



Assinaturas



Jorgiane Suelen de Sousa
jorgiane@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou

Jorgiane Suelen de Sousa

Eventos do documento

31 Mar 2025, 11:44:38

Documento fb771d15-4ea4-46b2-92ab-6ec18cfd3e2c **criado** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email:compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2025-03-31T11:44:38-03:00

31 Mar 2025, 11:46:06

Assinaturas **iniciadas** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email:compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2025-03-31T11:46:06-03:00

31 Mar 2025, 16:48:50

JORGIANE SUELEN DE SOUSA **Assinou** (cdf7fcef-8d9f-4722-bb63-3221d65577e7) - Email: jorgiane@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.64.38 (138-0-64-38-cgnat.onnettelecom.com.br porta: 33876) - [Geolocalização: -18.5916042 -46.527103](#) - Documento de identificação informado: 054.040.686-47 - DATE_ATOM: 2025-03-31T16:48:50-03:00

Hash do documento original

(SHA256):7c7c8c9bae6c1cc986478be670ddee799731bc654eb1a754871209f93e205881

(SHA512):ec839f4b9b6f56db16504a1384ff84296ff759b825970da67fb66851c5cb06afe2393c1b7c7eeb6fd4505eb525cd80a2a6e4fdc4511656110b75fde8bf5cdf72

Hash do documento anexo

(SHA256):c24e8a1f7bb5fcdc1d4a03628066b6367eb87720a894aa8031e0131ccff85836

(SHA512):b2f9df624b151551ed5844574fdbf452bcf0b9af0bd50d93cec903f45b13b49faf33bcec58bdfff3e5985c6269f51d76206add1fd7ceff751c37ec6334ab6194

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.

CATARINA - CINCATARINA. Tal adesão tem por objeto aquisição de relógio eletrônico de ponto. O valor global estimado para essa contratação é de R\$ 152.398,73 (cento e cinquenta e dois mil, trezentos e noventa e oito reais e setenta e três centavos). Fornecedor: VISION GESTAO CORPORATIVA LTDA. Patos de Minas, 25 de julho de 2025. Luis Eduardo Falcão Ferreira - Prefeito Municipal

AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº 035/2025 – PROCESSO Nº 221/2025. PROCESSO DIGITAL Nº 23875-25-PAT-LIC. Ratifico o parecer da Procuradoria-Geral do Município e a análise da Controladoria Geral do Município e reconhecimento, no presente caso, a Inexigibilidade de Licitação para Contratação do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo IBDA, para treinamento e capacitação de 16 (dezesseis) servidores do Município de Patos de Minas/SMA, SMS, PGM, no curso 39 Congresso Brasileiro de Direito Administrativo, que será ofertado de forma presencial, nos dias 08, 09, e 10/10/2025 em Belo Horizonte/MG, com base no artigo Art. 74, inciso III, alínea “f” da Lei nº 14.133/2021, com o valor total de R\$ 28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais). Patos de Minas, 25 de julho de 2025. Ana Paula Lara de Vasconcelos Ramos. Secretária Municipal de Administração.

EXTRATOS DE ADITIVOS, CONTRATOS, APOSTILAMENTOS – PERÍODO DE 21/07/2025 A 28/07/2025 - ADITIVOS - 7º Aditivo Contrato nº 048/2022 Pregão Eletrônico nº 032/2022 Contratado (a): VERSAURB GEOINFORMAÇÃO, ENGENHARIA E ARQUITETURA L Objeto: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato até 19/12/2025, nos termos do artigo 57, §1º inciso II da Lei 8666/93. Data de Assinatura: 22/07/2025 1º Aditivo Contrato nº 055/2025 Pregão Eletrônico nº 016/2025 Contratado (a): SUPERMERCADO E PANIFICADORA GABIROBA LTDA. Objeto: Fica acrescido 1,5102% sobre o valor inicial do item contratado, nos termos do artigo 124, I, “b” e artigo 125, da Lei Federal nº 14.133/2021. Inclusão de Dotação e Fonte de Recursos. Data de Assinatura: 25/07/2025 CONTRATOS Contrato nº 123/2025 Pregão Eletrônico nº 65/2025 Contratado(a): RENATA MEDEIROS SPACEK LTDA Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE BUFFET PARA O DIA DO SERVIDOR. Valor: R\$ 119.790,00 Vigência: 31/12/2025 Data de Assinatura: 08/07/2025 Contrato nº 130/2025 Pregão Eletrônico nº 72/2025 Contratado(a): FRUTAS COLORADO LTDA Objeto: concessão de uso remunerado tem como objeto, uma unidade comercial para uso das áreas e/ou loja nº 05 (cinco) localizada no Mercado da CEASA Regional de Patos de Minas, à Av. Maria Clara da Fonseca, nº 1080, bairro Planalto, na cidade de Patos de Minas/MG. Valor: R\$ 33.730,00 Vigência: 15 anos Data de Assinatura: 21/07/2025 Contrato nº 131/2025 Pregão Eletrônico nº 72/2025 Contratado(a): CARRANCA PRODUTOS HORTIFRUTIGRANGEIROS LTDA Objeto: concessão de uso remunerado tem como objeto, uma unidade comercial para uso das áreas e/ou lojas nº 13 (treze) e loja 14 (quatorze) localizada no Mercado da CEASA Regional de Patos de Minas, à Av. Maria Clara da Fonseca, nº 1080, bairro Planalto, na cidade de Patos de Minas/MG. Valor: R\$ 33.420,00 Vigência: 15 anos Data de Assinatura: 21/07/2025 Contrato nº 137/2025 Pregão Eletrônico nº 34/2025 Contratado(a): VDM SEGURANCA LTDA Objeto: aquisição parcelada de Equipamentos de Proteção Individual – EPI. Valor: R\$ 125.985,83 Vigência: 12 meses Data de Assinatura: 22/07/2025 Contrato nº 138/2025 Pregão Eletrônico nº 34/2025 Contratado(a): BATUTA DISTRIBUIDORA LTDA Objeto: aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPI. Valor: R\$ 2.499,90 Vigência: 12 meses Data de Assinatura: 22/07/2025 Contrato nº 143/2025 Pregão Eletrônico nº 34/2025 Contratado(a): NK MATERIAIS HOSPITALARES LTDA Objeto: aquisição parcelada de Equipamentos de Proteção Individual – EPI. Valor: R\$ 7.820,00 Vigência: 12 meses Data de Assinatura: 22/07/2025 ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Ata de Registro de Preços nº 149/2025 Pregão Eletrônico nº 78/2025 Contratado(a): FILGUEIRA & FILGUEIRA LTDA Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PARA SINALIZAÇÃO VERTICAL VIÁRIA, PARA A CIDADE DE PATOS DE MINAS/MG, VISANDO ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE – SETTRAM. Vigência: 12 meses Data de Assinatura: 24/07/2025 – APOSTILAMENTOS - 1º Termo de Apostilamento Contrato nº 047/2025 Pregão Eletrônico nº 17/2025 Contratado (a): PAESAN – PAVIMENTA AO ENGENHARIA E SANEAMENTO – EIRELI Objeto: A Cláusula Décima Primeira do contrato original passa a incluir os seguintes responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato: Jose Guilherme Rocha Cunha, Matrícula nº 37.234 – Gestor; Karlla Thereza Pereira Correa, Matrícula nº 35.788 – Fiscal. Data de Assinatura: 22/07/2025 1º Termo de Apostilamento Contrato nº 116/2025 Pregão Eletrônico nº 056/2025 Contratado (a): ESTRELA INFRAESTRUTURA LTDA. Objeto: A Cláusula Décima Primeira do contrato original passa a incluir os seguintes responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato; Gestor: Jose Guilherme Rocha Cunha, Matrícula nº 37.234; Fiscal: Karlla Thereza Pereira Correa, Matrícula nº 35.788. Inclusão de dotação e fonte de recursos: Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade - Dotação: 2.763 - Gestão da Política de Trânsito e Transporte; Fonte de Recursos: 01 0500 0000 0000 Data de Assinatura: 22/07/2025 1º Termo de Apostilamento Contrato nº 122/2025 Concorrência nº 04/2025 Contratado (a): CONCRETIZA ENGENHARIA LTDA Objeto: A alteração do responsável pela fiscalização do contrato. Diante da alteração mencionada, a Cláusula Décima Primeira do contrato original passa a ter a seguinte redação: Fiscais: Diego Roger Borba do Amaral, matrícula 29.420, CREA MG 175.490/D; Eduardo Henrique Bomfim de Magalhães, matrícula 36.582, CREA MG 277.865/D Data de Assinatura: 22/07/2025 36º Termo de Apostilamento Contrato nº 216/2024 Pregão Eletrônico nº 103/2024 Contratado (a): REAL FRUTAS LTDA Objeto: Atualização de preços Data de Assinatura: 25/07/2025 2º Termo de Apostilamento Contrato nº 038/2024 Inexigibilidade por Credenciamento nº 11/2024 Contratado (a): FISIOMED FISIOTERAPIA LTDA ME Objeto: Fica concedido o

reajuste de acordo com os preços constantes na Tabela de Serviços de Assistência Médica do FASERV, de acordo com o percentual FIPE-SAÚDE acumulado no período anual. Data de Assinatura: 25/07/2025. Patos de Minas, 28 de julho de 2025. Luis Eduardo Falcão Ferreira Prefeito Municipal

Secretaria Municipal de Governo

Expediente

Termo de Fomento nº 62/2025, Organização da Sociedade Civil: Fraternidade Feminina Cruzeiro Do Sul Renovação e Sabedoria, Objeto: Decorrente de inexigibilidade de Chamamento Público, tem por objeto o repasse de recursos financeiros (contribuições) visando cobrir despesas com o Projeto Campanha Sempre Sequinho. Valor: R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Assinatura: 23/07/2025, Vigência: 31/03/2026. Patos de Minas, 29 de julho de 2025. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.

Convênio nº 21/2025, Conveniada: Carmelo Da Santíssima Trindade e do Imaculado Coração de Maria, Objeto: Tem por objeto a cooperação entre os participantes, por meio da cessão de servidor, especificamente um instrutor de música, para ministrar aulas às irmãs internas do Carmelo da Santíssima Trindade e do Imaculado Coração de Maria, as quais, em razão do regime de clausura, não podem deslocar-se até o Conservatório Municipal para frequentar as aulas. Assinatura: 23/07/2025, Vigência: 31/12/2030. Patos de Minas, 29 de julho de 2025. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.

Secretaria Municipal de Saúde

Expediente

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS/MG – AVISO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 090/2025 – PROCESSO Nº. 222/2025 – Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de suplementos alimentares para cumprimento de Mandados Judiciais e Câmara Técnica. Limite de acolhimento das Propostas: Dia 11/08/2025 às 07:59 (sete horas e cinquenta e nove minutos); Início da Sessão de Disputa de Preços: Dia 11/08/2025 às 08:00 (oito horas). Local: www.licitanet.com.br. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). O Edital completo encontra-se disponível nos sites: <http://www.transparencia.patosdeminas.mg.gov.br/paginas/publico/lei12527/licitacoes/consultarLicitacao.xhtml?tipo=int,> www.licitanet.com.br e https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1. Maiores informações, junto à Secretaria Municipal de Saúde de Patos de Minas à Rua Ana de Oliveira, nº 645, – Centro– Patos de Minas/MG, CEP 38.700-006. Fone 34 3822 9801.

Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade

Expediente

RESULTADO DO RECURSO JARI – DEFERIDO

A SECRETARIA DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE – SETTRAM, através da DIRETORIA DE TRÂNSITO, em conformidade com as disposições de competências estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro, Lei Federal nº 9.503/97, com fulcro no artigo 281 e 282 do referido código e pelas Resoluções do CONTRAN nº 918/2022 e 900/2022, e suas respectivas atualizações, NOTIFICA através do Diário Oficial do Município de Patos de Minas, pelo site: <http://patosdeminas.mg.gov.br/>, os Recorrentes de Recurso JARI, sobre o resultado dos mesmos. Segue a listagem do resultado dos Recursos JARI – DEFERIDO – julgados pela SETTRAM.

Em caso de dúvida, favor entrar em contato na JARI situada na Avenida Getúlio Vargas, 245 – Centro – Antigo Fórum – Patos de Minas/MG, CEP: 38.700-101 ou entrar em contato pelo telefone (34) 3822-9714.